

CONTRATO COM MARIA JOÃO SANTOS GONÇALVES - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TÉCNICO, LICENCIADO NA
ÁREA DE SOCIOLOGIA, PARA IMPLEMENTAR PROJETOS NA ÁREA SOCIAL

VALOR DO ATO - 15 216,48 €

CONTRATO N.º 127/2023

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e três nesta cidade de Lagoa (Algarve), Edifício dos
Paços do Concelho, perante mim, [REDACTED]

[REDACTED] servindo de oficial público, vem redigir e celebrar o presente contrato entre os seguintes
outorgantes:-----

PRIMEIRO OUTORGANTE: -----

MUNICÍPIO DE LAGOA, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira,
pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada
neste ato pela sua Vereadora, ANA CRISTINA TIAGO MARTINS, com domicílio profissional no edifício dos
Paços do Concelho, sito na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes delegados para o ato que lhe são
conferidos por via do despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro, publicado através do Edital n.º
662/2022, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17 de maio.-----

SEGUNDO OUTORGANTE: -----

MARIA JOAO SANTOS GONCALVES, com residência no Sítio do Bemparece, 3 - Lagoa, União das freguesias de
Lagoa e Carvoeiro, titular do cartão de cidadão com o n.º [REDACTED] e número de identificação fiscal
[REDACTED] -----

Considerando que

- A. O MUNICÍPIO DE LAGOA promoveu um procedimento por Ajuste Direto com a referência
2023/300.10.005/607 para a prestação de serviços de "TÉCNICO LICENCIADO NA ÁREA DE
SOCIOLOGIA, PARA IMPLEMENTAR PROJETOS NA ÁREA SOCIAL "; -----
- B. O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por despacho datado de 20 de junho de
2023 da Sr.ª Vereadora no uso de competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal,
conforme despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro; -----
- C. Os encargos resultantes deste contrato compreendem compromissos plurianuais autorizados por
despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 21 de junho de 2023, no exercício de
competência delegada em si pela Assembleia Municipal por deliberação de 10 de novembro de
2021; -----
- D. A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental 04/ 010107; -----
- E. A presente prestação de serviços foi adjudicada em 28 de junho de 2023, assim como foi aprovada
a minuta do presente contrato; -----

- F. A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do presente Contrato em 29 de junho de 2023; -----
- G. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foi emitido o número sequencial de compromisso **123396**. -----

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de prestação de serviços, adiante somente designado por "Contrato", de acordo com as Cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA (Objeto do Contrato)

1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços "TÉCNICO LICENCIADO NA ÁREA DE SOCIOLOGIA, PARA IMPLEMENTAR PROJETOS NA ÁREA SOCIAL", nos termos melhor identificados nas peças do procedimento. -----
2. Para além do disposto no Contrato, a presente prestação de serviços rege-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do presente contrato. -----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe. -----

CLÁUSULA SEGUNDA (Prazo de vigência)

1. O prazo de execução da prestação de serviços objeto do presente contrato é de **12** (doze) meses. -----
2. A execução da aquisição de serviços terá início no dia útil seguinte à publicação no portal dos contratos públicos. -----

CLÁUSULA TERCEIRA (Preço contratual)

1. O preço contratual é de **15 216,48€** (quinze mil duzentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos), ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%, sendo o valor mensal de **1 268,04 €** (mil duzentos e sessenta e oito euros e quatro cêntimos) nos seguintes termos: -----
 - a) **No corrente ano - 7 608,24€** (sete mil seiscentos e oito euros e vinte e quatro cêntimos) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%; -----
 - b) **No ano 2024 - 7 608,24€** (sete mil seiscentos e oito euros e vinte e quatro cêntimos) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%. -----

AA

2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente contrato ao contraente público. -----

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações Principais)

1 - De acordo com o estipulado na cláusula 4ª e anexo I do caderno de encargos decorrem para o segundo outorgante, as seguintes obrigações principais: -----

- O atendimento social efetuado na Unidade de Ação Social com vista à informação, encaminhamento e orientação de pessoas e/ou famílias no âmbito dos programas municipais em vigor, nomeadamente o FES – Fundo de Emergência Social – Programa de Apoio a Famílias Carentiadas do Concelho de Lagoa; -----
-
- A colaboração na dinamização do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, no âmbito da parceria estabelecida com o ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, no sentido de assegurar o atendimento e encaminhamento de pessoas migrantes e proceder ao respetivo encaminhamento em matérias de regularização documental, acesso aos serviços de apoio social, educativo e de saúde, bem como colaborar na realização de atividades de intervenção comunitária no âmbito do diálogo intercultural;-----
- A realização do acompanhamento social através de visitas domiciliárias, tendo em vista a elaboração de informações e relatórios sociais, no âmbito do acompanhamento de indivíduos e/ou famílias no processo de resolução dos seus problemas; -----

2 – A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.-----

CLÁUSULA QUINTA

(Condições de pagamento)

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----



2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para contabilidade@cm-lagoa.pt
3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato.
4. As faturas apresentadas pela execução da prestação de serviços, objeto deste Caderno de Encargos, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA SEXTA
(Revisão de preços)

O preço da prestação de serviços é fixo e não sujeito a revisão de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA OITAVA

(Sanções contratuais)

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos.

CLÁUSULA NONA

(Alterações ao contrato)

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Deveres de informação)

Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste contrato, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé. -----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Dever de Sigilo)

1 O adjudicatário, incluindo seus trabalhadores, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo. ---

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Gestor do contrato)

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi nomeado como gestor do contrato  tendo como função o acompanhamento da sua execução. -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Legislação Aplicável e Foro competente)

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes. -----

2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

- -- Certidão dos Serviços de Finanças de Lagoa; -----
- -- Certidão do Instituto da Segurança Social, IP; -----
- -- Certificado de Registo Criminal; -----
- -- Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
- -- Declaração de aceitação do Código de Ética do Município de Lagoa. -----

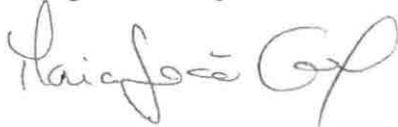
E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado digital qualificada por ambos os outorgantes e pelo oficial público que o elaborou, nos termos e para efeitos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura. -----

Fazem parte do contrato: o caderno de encargos, a proposta e declaração. Ética. -----

O Primeiro Outorgante



O Segundo Outorgante



O Oficial Público

